MOGADOURO
(Peredo da Bemposta)

A igreja de Santo André de Algosinho está situada na freguesia de Peredo da Bemposta, a sudeste de Mogadouro, sede de concelho, da qual dista cerca de 17 km. Insere-se no perímetro do Parque Nacional do Douro Internacional. Saindo de Mogadouro siga pela N221, na direção sudeste, durante 17 km.

A freguesia de Peredo da Bemposta, cujo limite meridional se situa na margem direita do Rio Douro, insere-se, na Idade Média, em território de fronteira com a coroa de Castela e Leão. Apesar da ausência de fontes medievais sobre Algosinho, a importância estratégica nos processos da Reconquista e da consolidação do reino na região em que se localiza esta igreja é historicamente conhecida, sobretudo no que diz respeito à implantação da Ordem do Templo. As referências mais antigas sobre a presença dos Templários em Portugal remontam a 1128, quando a condessa D. Teresa entrega à Ordem o Castelo de Soure (Coimbra), lugar estratégico na fronteira entre o espaço cristão e o território muçulmano. A Ordem, fundada em Jerusalém em 1118/1119, desempenhou um papel crucial na introdução de uma série de novidades na arquitetura medieval portuguesa, de que são exemplos os castelos de Penas Róias, Pombal e Tomar, fenómeno que tem sido estudado por Mário Barroca.

Na região onde se situa a igreja de Algosinho, é de realçar que os castelos de Penas Róias e de Mogadouro foram doados aos Templários por D. Fernão Mendes II, cunhado do rei D. Afonso Henriques e *tenens* da Terra de Bragança, como consta nas *Inquirições* de 1258. Foi com D. Fernão Mendes II, da estirpe dos Braganções, que se agregou definitivamente a Portugal o território de Bragança. Segundo Sottomayor-Pizarro os domínios dos senhores de Bragança ultrapassavam o limite do rio Douro, numa extensão que abrange a fronteira duriense dos atuais concelhos de Vila Nova de Foz Côa e Figueira de Castelo Rodrigo. A influência no (re)povoamento do território de D. Fernão Mendes II, concedendo foral a Numão em 1131 e povoando a vila de Santo Estevão no antigo Julgado de Santa Cruz da Vilariça, demonstra a importância dos senhores de Bragança nesta região fronteiriça, como refere Sottomayor-Pizarro.

A doação dos castelos de Mogadouro e Penas Róias aos templários deve ter ocorrido em data próxima de 1145, uma vez que D. Fernão Mendes II deteve a tenência da Terra de Bragança entre 1128 e 1145. Segundo Mário Barroca, esta doação insere-se na cedência de terras aos Templários ocorrida depois do primeiro feito de armas dos cavaleiros da Ordem do Templo em 1144, na defesa do castelo de Soure (Coimbra), contra a incursão muçulmana. O castelo de Penas Róias conserva ainda a torre de menagem erguida em 1172, provavelmente por iniciativa de Gualdim Pais, mestre da Ordem do Templo. Em Mogadouro subsistem parcelas importantes do circuito amuralhado e da torre de menagem. Estes castelos voltariam à posse da Coroa, como garante a documentação já referida por Mário Barroca. Em 1197 o rei D. Sancho I doa à Ordem do Templo a povoação de Idanha-a-Velha, em reconhecimento pelos serviços prestados pelos Templários, em troca dos castelos de Penas Róias e de Mogadouro. Dois anos depois, a 5 de julho de 1199, D. Sancho I voltaria a doar outros bens à Ordem do Templo em troca das igrejas de Penas Róias e Mogadouro.

A arquitetura românica transmontana espelha bem o desenvolvimento desta região, como escreveu C. A. Ferreira de Almeida. Os diversos ritmos desse desenvolvimento estão patentes na distribuição dos testemunhos pré-românicos e românicos que se concentram no atual concelho de Chaves. À presúria de Chaves pelo conde Odoário em 872, seguiu-se a reorganização do território que a documentação evidencia, atestando a existência ou fundação de igrejas nos séculos X e XI. Na restante região transmontana, a densidade populacional era menor como testemunham as Inquirições de 1258, resultando esta baixa densidade num menor número de

igrejas românicas e, aparentemente, num românico muito tardio. Todavia, a documentação e alguns dos exemplares que se conservam atestam a presença de templos no século XII, de que são exemplo a já referida vila de Santo Estevão (Julgado de Santa Cruz da Vilariça), cujo topónimo indicia a existência de um templo dedicado àquele Santo, povoada por D. Fernão Mendes II na primeira metade do século, as igrejas de Penas Róias e Mogadouro, o mosteiro de Castro de Avelãs (Bragança), documentado desde 1145, ou a igreja de São Salvador de Ansiães (Carrazedo de Montenegro), que conserva parcelas de meados do século XII. Sendo certo que o leste transmontano acusa, desde a Alta Idade Média, um povoamento pouco denso, que os monarcas portugueses vão tentando equilibrar com a concessão de forais e outras regalias, como explicitaram José Marques e Cristina Cunha, também é verdade que o tipo de *habitat* aglomerado, próprio da região, não favorece a multiplicação de paróquias como no caso do Entre-Douro-e-Minho.

A ausência de fontes documentais datadas entre os séculos IX e XI relativas ao território da faixa oriental de Trás-os-Montes e da Beira Alta tem sido notadas por vários autores. Maria Ângela Beirante questiona o que se passaria com estas zonas. "Seriam verdadeiramente terras de ninguém? Estariam habitadas por uma população diminuta ou apenas desorganizada?" Sobre este assunto, P. Dórdio Gomes chama a atenção para a perspetiva de Iñaqui Martín Viso (2005) segundo o qual a ausência de fontes escritas para a região interior, localizada a norte do Sistema Central, poderá dever-se à inexistência de uma autoridade centralizada que dominasse o território, situação unicamente alterada, em algumas áreas, já no século XII "com as dinâmicas de povoamento que as integrariam nas novas formações políticas".

A presença de comunidades cristãs estruturadas no nordeste de Portugal remonta já ao século VI, como refere Mário Barroca. A cerca de 7 km a noroeste de Algosinho situa-se o lugar de São Tiago, na paróquia de Vila de Ala (concelho de Mogadouro), referido no *Paroquial Suévico* ou *Divisio Theodomiri* (572 e 582) como *Astiatico*. Ainda no concelho de Mogadouro, é de referir a existência de um epitáfio datado de 24 de dezembro de 634, cuja leitura, da autoria de Mário Barroca, se apresenta:

+ PROTHEUS FECIT / THURESMUDE UXO / RI SUE OBIIT IPSA /
SUB DIE VIIII KaLendas IA / NUARi ERA DCLXXII

A epígrafe, que atualmente se conserva no Museu do Abade de Baçal (Bragança), foi encontrada no lugar do Prado (freguesia de São Martinho do Peso). Segundo Mário Barroca é este o único epitáfio da Alta Idade Média que se conhece na região de Trás-os-Montes, muito embora na margem sul do Douro haja outros testemunhos epigráficos da mesma época.

O micro-topónimo castelo do Mau Vizinho ou castelo dos Mouros, próximo da igreja de Algosinho indica a existência de ruínas localizadas um pouco abaixo do aglomerado urbano, segundo Francisco Manuel Alves que as referencia no início do século XX. As *Memórias Paroquiais* (1758) dão conta da existência de um castelo arruinado. Aqueles micro-topónimos referem-se, habitualmente, a povoados castrejos ou a castelos roqueiros próprios da época da Reconquista. De facto, já no século XI se regista na documentação que os povoados proto-históricos eram considerados como obra de mouros, assim como as vias romanas, então designadas por *via maurisca* ou *strata mourisca*. Em Bemposta, freguesia que confina com a de Peredo da Bemposta, restam vestígios de um castelo românico e em Peredo da Bemposta Mário Barroca registou a possível existência de atalaias e postos de vigilância, sugerida pelos topónimos *Facho Segundo* e *Pendão*.

No início do século XVIII Algosinho era ainda uma paróquia, curado dos Marqueses de Távora e anexa à abadia da vila de Bemposta, tendo sido extinta em data incerta. Em 1874 já figura unicamente como lugar. A literatura de caráter memorialista menciona a tradição de terem existido em Algosinho sessenta cavaleiros de espora dourada.

Igreja de Santo André de Algosinho

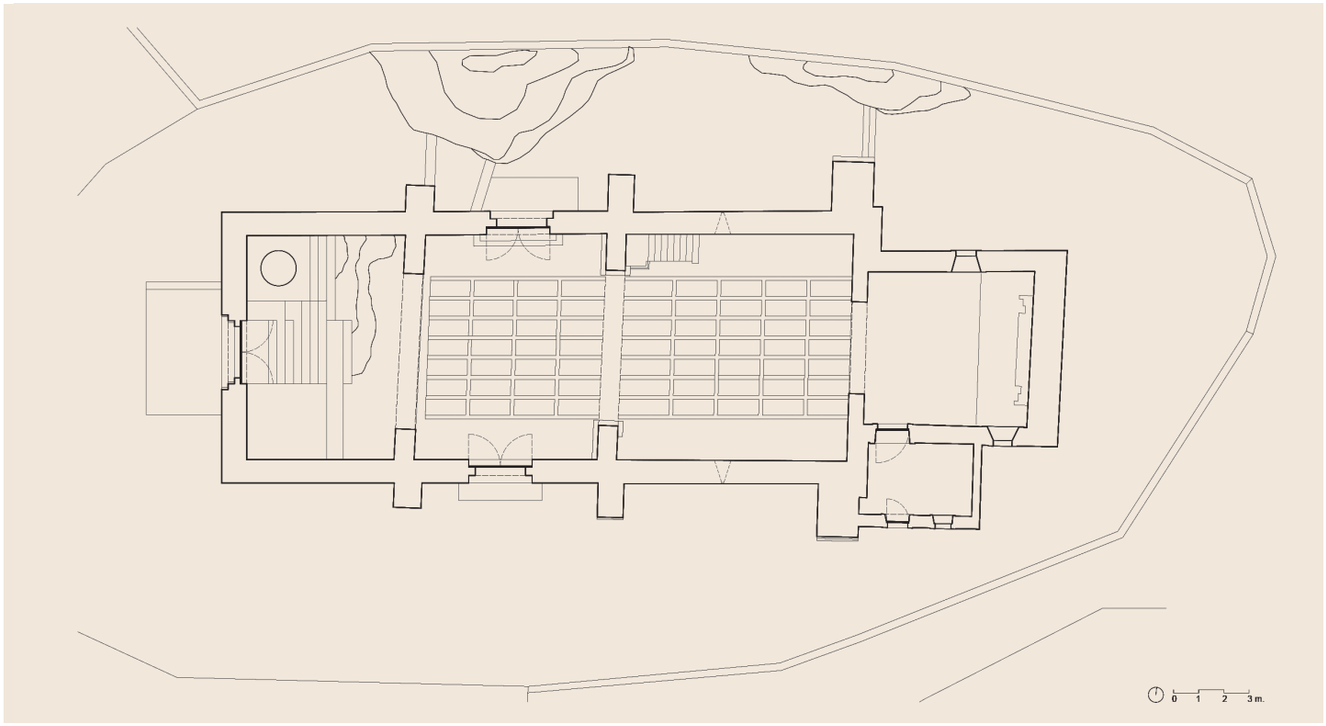
A IGREJA DE SANTO ANDRÉ, construída em terreno de acentuado pendor e implantada em local isolado, num dos extremos da povoação, é composta por nave única e cabeceira retangular, mais baixa e estreita do que a nave. Ao muro sul da capela-mor encosta-se a sacristia. A nave é construída em granito e aparelho pseudo-isódomo, enquanto a cabeceira e a sacristia têm as paredes rebocadas e pintadas de branco. Os vãos de iluminação da cabeceira são em arco abatido, correspondendo à reforma desta parcela que terá ocorrido no século XVIII. Todavia, convém chamar a atenção para o facto de a capela-mor e a sacristia terem sido completamente demolidas e novamente erguidas, na campanha de restauro das décadas de 1950 e 1960 que reconstruiu igualmente uma grande parte da fachada sul da nave.

Os alçados das naves laterais são coroados por cornija que assenta em cerca de trinta cachorros em cada uma das fachadas. Os cachorros, de perfil tendencialmente quadrangular apresentam motivos antropomórficos, zoomórficos e geométricos, segundo o registo de Francisco Manuel Alves do início do século XX. Contudo, a análise e a datação dos cachorros não pode ser totalmente conclusiva, uma vez que vários exemplares foram esculpidos e colocados nas obras de restauro, como já foi referido por P. A. Fernandes. Apesar da dificuldade em distinguir de forma inequívoca quais os cachorros originais, as fotografias anteriores ao restauro (SIPA) permitem concluir que seu perfil original é tendencialmente retangular. A escultura de cabeças humanas ou de animais preenche todo o espaço disponível, mas não acompanha a morfologia da peça, sendo notória a dificuldade em adaptar a figuração à face do cachorro, contrariamente ao que é habitual no românico português dos séculos XII e XIII. A conjugação entre os cachorros e a pouca profundidade da cornija que sustentam configura um românico muito tardio. Esta solução está presente em igrejas e capelas funerárias datadas dos séculos XIV e XV, onde a simplificação dos elementos que caracterizam o românico é notória. Nestes templos os portais não apresentam colunas ou arquivoltas com escultura.

Nas duas fachadas laterais de Algosinho, onde pontua uma acentuada variedade de siglas figurando alguns instrumentos do trabalho da pedra, abrem-se portais em arco quebrado, sem tímpanos ou colunas. O aspeto mais relevante dos alçados laterais é a existência de três contrafortes de acentuada volumetria que terminam em plano inclinado e ficam bastante abaixo da cornija, contrariamente ao que é habitual na arquitetura românica dos séculos XII e

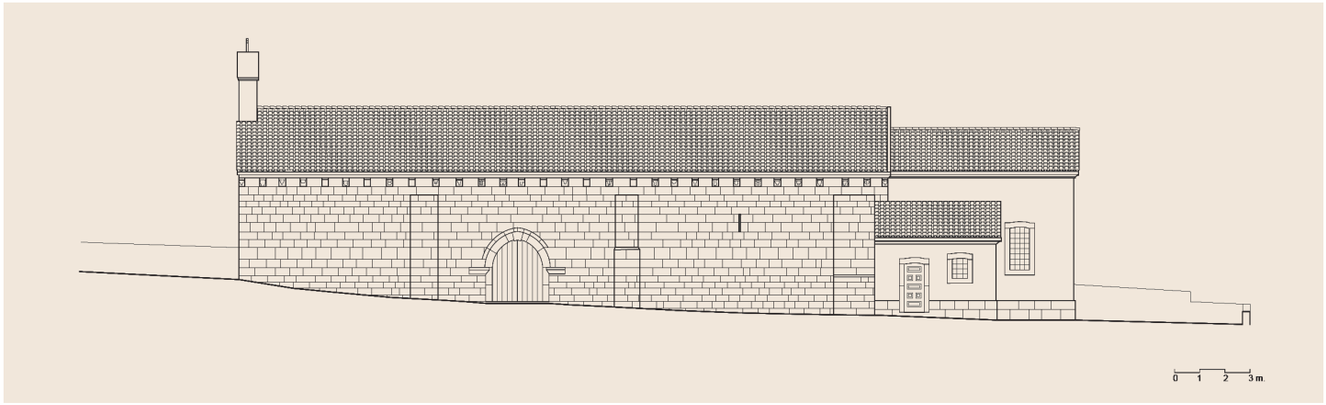


Vista geral da igreja a partir do lado sudoeste



Planta

Alçado sul



XIII. A fachada sul está parcialmente assente sobre um afloramento granítico.

A fachada ocidental é muito baixa, relativamente à largura da nave, sendo coroada por uma sineira de um só vão. O portal, em arco quebrado, tem duas arquivoltas que apresentam molduras nas aduelas. Não tem tímpano nem colunas, assentando o arco diretamente em impostas salientes. Entre o portal e a sineira abre-se um vão de iluminação em arco de volta perfeita, que aproveita a espessura do muro, e cuja parte central apresenta uma grelhagem com uma cruz vazada de seis pontas e dois pequenos óculos circulares. Entre o portal e o vão de iluminação conservam-se quatro mísulas que acompanham toda a largura da fachada e que indiciam a existência da estrutura de um alpendre.

No interior, o piso da nave está assente em cota muito mais baixa do que a fachada ocidental. Do portal principal acede-se à nave por uma escada de onze degraus a que se segue, do lado do Evangelho, um afloramento rochoso. Aliás a pavimentação da nave, em lajes de granito é também obra da referida campanha de restauro. A nave é composta por três tramos definidos por amplos



Alçado sul da nave

Silhares com marcas de canteiro na fachada ocidental



Cachorros da cornija sul da nave. Pormenor



arcos-diafragma em arco de volta perfeita que assentam em pilares de acentuada volumetria e impostas salientes. Algumas destas impostas estão decoradas com motivos fitomórficos. As bases, que também apresentam motivos vegetalistas, parecem resultar de reaproveitamentos de peças anteriores já que se adaptam mal aos pilares que sustentam, excetuando-se unicamente os pilares do arco que comunica com a cabeceira. Este arco, de perfil apontado, é muito baixo relativamente à cabeceira. Aliás, só permite a visualização a partir da nave de parte do retábulo encostado à parede testeira da capela-mor. Este arco é também obra da campanha de restauro já referida. Pelo que é possível ver na documentação fotográfica (SIPA) o seu pé-direito era muito mais elevado.

No lado do Evangelho, contígua à escada de acesso ao interior da nave, conserva-se uma pia batismal de taça hemisférica e base cilíndrica sobre uma plataforma de três degraus que assenta em afloramento rochoso, como aliás a totalidade deste tramo da igreja. A tipologia da pia batismal e a ausência de elementos decorativos não permitem

qualquer datação. Junto desta pia conservam-se várias peças de aparência medieval, como uma estela com cruz esculpida. Neste contexto, cabe aqui referir a existência de uma pequena necrópole de sepulturas escavadas na rocha, com três sepulcros, localizada junto de Algosinho, no caminho para a paróquia de Tó, cuja datação corresponde aos séculos XI-XII, segundo Mário Barroca.

No mesmo lado da nave, adossado ao suporte do segundo arco-diafragma, permanece um púlpito assente em mísula de cantaria e com guarda também de cantaria. Apresenta decoração geométrica esculpida e mostra, na base, a data de 1797.

Nas paredes laterais do arco triunfal estão expostas duas pinturas murais que foram destacadas do seu suporte original em 1959. Originalmente encontravam-se exatamente nas paredes do arco triunfal onde permaneciam ocultas por dois retábulos barrocos. Destacadas da parede e restauradas por Abel de Moura estas pinturas apresentam uma organização retabular – painel central e edículas laterais – comum aos retábulos catalães e aragoneses do século XV. Nos exemplares de Algosinho as figuras alongadas, o tratamento minucioso das *pedrarias* do manto de *Santa Catarina* indicam algum goticismo, mas já as arquiteturas dos fundos poderão apontar para uma obra do século XVI. No lado do Evangelho foi colocada a pintura dedicada a *Santa Catarina*, e no lado da Epístola a pintura dedicada a *São Bartolomeu*.

Enquadrado em moldura de motivos vegetalistas, o painel onde figura *Santa Catarina* é cercado por uma moldura interna que divide o campo da pintura em dois painéis de tamanho desigual. No painel maior, *Santa Catarina* está em pé, coroada, nimbada e de cabelos soltos, tendo a roda à sua esquerda e a espada à sua direita. A fímbria do manto é decorada com pérolas. O espaço de enquadramento mostra uma arquitetura encimada por abóbada. No pavimento há indicações de perspectiva. Do lado esquerdo figura, no registo superior, o martírio da Santa entre duas rodas e no registo inferior, de difícil leitura, é figurada a decapitação da Santa. Estas duas cenas são ambientadas por dosséis. Com o mesmo enquadramento, o painel de *São Bartolomeu* mostra o Santo em pé exibindo a faca do martírio. Do lado esquerdo, aos pés, é figurado o diabo que o raptou na infância. Este painel, em pior estado de conservação que o anterior, não permite a visualização das cenas laterais.

O mau estado de conservação dificulta a análise destas pinturas. Contudo, ambas apresentam soluções estilísticas e formais pouco vulgares na pintura mural portuguesa que chegou aos nossos dias. Paula Bessa sugere uma data próxima das décadas de 30-40 do século XVI para a execução destas pinturas.

Tendo em conta a sua qualidade é de destacar o retábulo da cabeceira. Encostado à parede testeira, o retábulo-mor conserva vestígios de policromia e douramento. É composto por seis painéis divididos longitudinalmente por colunas coríntias e, transversalmente, por frisos com querubins. Ao centro está a imagem da padroeira, vestida e coroada aparentando ser uma imagem de roca. Os outros cinco painéis apresentam pinturas sobre tábua.

Na parte superior do retábulo figuram a *Anunciação*, a *Visitação* e a *Natividade*, enquanto na parte inferior estão representadas *A Adoração dos Magos* e a *Fuga para o Egito*. A predela central tem a representação de *São Pedro* e *São Paulo* e as predelas laterais as virgens mártires: *Santa Luzia*, *Santa Catarina*, *Santa Apolónia* e *Santa Bárbara*. O retábulo é coroado por um relevo central que figura *Deus Pai*. O altar apresenta um frontal pintado com acantos. É de realçar a qualidade do alçado do retábulo e, sobretudo, da pintura que conserva.

O facto de a igreja ter sido construída sobre um afloramento rochoso, o que terá determinado a acentuada diferença de cota entre a entrada ocidental e o pavimento, é um dos aspetos mais interessantes do templo de Algosinho.

São vários os exemplos de igrejas, capelas ou ermidas construídas sobre penedos ou afloramentos rochosos, total ou parcialmente, como as igrejas de São Pedro das Águias (Tabuaço, Viseu), São Gens de Montelongo (Fafe), de Rocamador (Castelo Rodrigo), de Santa Maria do Castelo (Castelo Mendo) ou a Capela de Nossa Senhora de Guadalupe (Mouçós, Vila Real). As pedras, penedos e fragas são, no folclore e nas religiões europeias, lugares de amostragem do sagrado e do aparecimento de divindades. Todavia, dos aglomerados rochosos, porque estavam em contacto com o mundo subterrâneo, saiam também *coisas más*, como as tempestades, a peste ou as pragas que afetavam a agricultura. Na Idade Média e na Época Moderna, geadas, azares e más colheitas eram atribuídas às bruxas e ao diabo que habitavam, entre outros lugares, os penedos e as fragas. Aos penedos iam procissões, ladainhas, cercos e clamores que se destinavam a proteger a paróquia, vedando-a magicamente com uma série de sinais amuletiformes. Alguns recebiam cruzes, outros eram caiados e aí se gravavam ferraduras, círculos e rosários. Faz pois todo o sentido que eles se exorcizem com a construção de templos ou com a implantação de cruzes.

De acordo com o que testemunha a documentação das *Visitações* do início do século XVI, nas igrejas transmontanas e beirãs pertencentes à Ordem de Cristo, não era infrequente a presença de afloramentos rochosos no interior dos templos. Na matriz de Longroiva (Meda, Guarda) ordenaram os visitadores que se quebrassem os penedos da

cabeceira e da nave, para que ambas as parcelas pudessem ser lajeadas.

A igreja de Algosinho padroniza uma tipologia frequente nas igrejas paroquiais da raia transmontana e beirã. Estes templos caracterizam-se por uma espacialidade muito compartimentada, dividida em tramos e mal iluminada por frestas estreitas e raras. Têm uma só nave, cujos tramos são divididos por arcos-diafragma, de volta perfeita ou apontados. A cabeceira, mais baixa que a nave, é coberta de madeira. Exteriormente apresentam contrafortes de acentuado volume, correspondentes aos pilares que suportam os arcos-diafragma no interior, que não chegam à altura da cornija. A cornija, pouco profunda, assenta em cachorros de secção tendencialmente quadrangular. A fachada, de empena de duas águas, é baixa e coroada por uma pequena sineira. Os portais, de arco de volta perfeita ou quebrados, assentam em impostas e não têm colunas.

O tipo de nave de Algosinho é glosado em várias igrejas paroquiais da fronteira transmontana e beirã, como Malhadas (Miranda do Douro), Escarigo, Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins, Nossa Senhora de Rocamador Vilar de Amargo, Almofala, Penha de Águia e Vermiosa (Figueira de Castelo Rodrigo), Leomil e Vilar Formoso (Almeida). Muito embora estes exemplares correspondam a construções tardias, realizadas ou transformadas entre os séculos XIV e XVI, em alguns casos é conhecida a sua fundação em tempos mais recuados. Na região de Aliste e Sayago, (Zamora) há exemplares semelhantes a Algosinho nas igrejas paroquiais de Torrefrades, Villamor de Cadozas e Zafara, entre outros.

Todavia, o esquema da igreja de uma nave dividida por arcos-diafragma não é exclusivo da zona raiana, como exemplificam as capelas góticas de Santo André de Montemor-o-Novo (arruinada) e de São Salvador do Mundo de Sobral de Monte Agraço. Esta tipologia deve ter sido comum em capelas e igrejas paroquiais de uma nave, menos estudadas e conhecidas do que as de mais dilatado programa construtivo que patenteiam de forma inequívoca soluções góticas. Na zona raiana ela evidencia-se e surge como um tipo quase único, não tanto porque a sua adopção seja restrita a esta zona, mas porque foi aí que o seu esquema e soluções mais perduraram no tempo. Esta

Fachada ocidental





Portal ocidental

tipologia permite o aumento do comprimento da nave pela simples adição de mais tramos, o que pode explicar a sua longa perduração.

Este tipo de nave e cobertura é comum a outras zonas da Península Ibérica tão diversas como a Galiza, Castela e Leão, Aragão, Catalunha ou Valencia.

A sé de Braga adoptou o sistema de arcos-diafragma nas três naves quando a obra românica, que terá sido iniciada no arcebispado de D. Paio Mendes (1118-1138), substituiu a igreja erguida pelo bispo D. Pedro, cujo altar foi sagrado em 1089. Nos templos dos mosteiros de Paço de Sousa (Penafiel), Pombeiro (Felgueiras) e Travanca (Amarante), todos compostos por três naves, as coberturas adotam o mesmo sistema que, segundo C. A. Ferreira de Almeida, tem poderosos antecedentes na arquitetura pré-românica. Os exemplos referidos correspondem a fundações bem mais antigas (entre os séculos X e XI) do que as construções que atualmente patenteiam, fazendo sentido levantar a hipótese de as pré-existências terem exercido influência nas edificações românicas dos séculos XII e XIII ao nível das coberturas, sendo certo que essa influência é nítida na escultura de frisos e capitéis, como bem demonstra a utilização do talhe a bisel em Paço de Sousa. As coberturas têm um papel determinante na construção do espaço e na forma como se distribui a luz. A utilização do arco-diafragma, e o respetivo sistema de sustentação, criam um espaço muito compartimentado onde a fluidez da iluminação, que entra através de frestas ou óculos, é constantemente barrada pela existência dos referidos arcos e suportes, criando acentuados focos de luz em contraste com zonas de total penumbra.

A utilização do arco-diafragma na cobertura de espaços retangulares tem uma longa ascendência. Deve-se a Arturo Zaragozá o estudo sistemático deste tipo de cobertura muito comum na região de Valencia. A utilização do arco-diafragma remonta ao século III, tendo evidências arqueológicas em edifícios destinados à habitação corrente, palácios e templos da região de Haurân (Síria). Todavia, este sistema deverá ser intemporal, uma vez que é comum à arquitetura vernacular do ocidente mediterrânico, que o emprega na habitação, armazéns e construções destinadas ao gado. Na Valência medieval, em estaleiros navais, hospitais, dependências monásticas e igrejas, a utilização do arco-diafragma é constante, concluindo Arturo Zaragozá que esta tipologia de cobertura em igrejas foi a mais frequente na região durante a Idade Média. Um minucioso contrato estabelecido entre a população e o mestre Meliá Malrás para a construção da igreja de Olocau del Rey (Castellón) em arcos-diafragma, datado de 1298, sugere que se trata de um contrato-modelo e de uma tipologia arquitectónica que se ia repetindo, como demonstram as igrejas paroquiais de Catí, Vallibona e S. Juan de Morella, quase idênticas à de Olacau na disposição, dimensão e fábrica, variando unicamente a sua adaptação ao local onde estão construídas.

A espacialidade da nave de Algosinho, os volumosos contrafortes que terminam muito abaixo da cornija, o alçado dos portais sem colunas ou tímpano e a decoração e modinatura das bases onde assentam os arcos-diafragma, indicam uma construção da época gótica que deverá datar do século XIV ou mesmo do século XV, data proposta por Pedro Dias. Segundo C. A. Ferreira de Almeida esta igreja deve ser classificada no contexto do gótico rural. Embora a documentação medieval conhecida seja omissa em relação a esta igreja, algumas das bases dos pilares que sustentam os arcos-diafragma parecem indiciar o reaproveitamento de uma construção anterior, o que amplia as muitas dúvidas que oferece a sua datação.

Todavia, e conforme já foi acima referido, a arquitetura que utiliza arcos-diafragma tem uma longa ascendência. A sua análise terá de merecer mais estudos num quadro conceptual à margem da história dos estilos. Se o românico, tal como o reconhecemos, foi o modo de construir mais *moderno* e apetecível no seu tempo, não deve ter sido o único. A construção de arquiteturas intemporais e sem estilo é um fenómeno de sempre, razão pela qual a aferição da cronologia de construções como a de Algosinho resulta num difícil exercício.

Embora escasso em testemunhos românicos, o território em apreço é ainda mal conhecido no que diz respeito às diversas formas da arquitetura medieval. As igrejas



Interior. Pespetiva a partir do lado oeste

acima referidas, entre as quais somente conservam o seu programa do século XII a do mosteiro de Castro de Avelãs e a de São Salvador de Ansiães, adotaram em todos os casos os modelos que classificamos de românicos ou, pelo contrário, utilizaram soluções construtivas intemporais como as que utilizam arcos-diafragma tendo deixado na região fronteiriça uma cultura arquitectónica paralela à românica? Esta é uma questão que o programa da igreja de Algosinho, bem como de outros exemplares que serão referidos, deixa em aberto.

Texto: LCR - Fotos: JNG/MLB
Planos: GM/MF/MS (sobre DRCN/SIPA-DGPC)

Basamento do lado norte do arco diafragma oriental da nave



Bibliografia

ALMEIDA, C.A.F., 1978a, I, pp. 240-241; ALMEIDA, C.A.F., 1981a, p. 208; ALMEIDA, C.A.F., 2001, pp. 79 e 108-109; ALMEIDA, C.A.F. e BARROCA, M.J., 2002, p. 63; ALVES, F.M., 1934, IX, pp. 107-111; BAPTISTA, J.M., 1874, I, pp. 446-447; BARROCA, M.J., 1996-97, pp. 171-209; BARROCA, M.J., 2000a, Insc. n.º 66 (de 634); BARROCA, M.J., 2001b, pp. 194, 215, 218 e 220; BARROCA, M.J., 2008-09, pp. 194-195, 197, 213, 224 e 228; BEIRANTE, M.A., 1993, p. 255; BESSA, P., 2007a, II, p. 36; COSTA, A.C., 1706-12, I, p. 495; DIAS, P., 1979, p. 13; DIAS, P., 1994b, p. 157; FERNANDES, P.A., 1999a, p. 13; GOMES, P.D., 2010, pp. 259-260; MARQUES, J. e CUNHA, C., 2010-2011, pp. 5-30; MEM. PAROQ., 1758 (2007); MOURA, A., 1961, p. 16; PMH, INQ., 1284, p. 1279; SOTTOMAYOR-PIZARRO, J.A., 2007, pp. 854-858; ZARAGOZÁ CATALÁN, A., 2000, pp. 23-42; ZARAGOZÁ CATALÁN, A., 2003, pp. 110-114 e 122.